



# Anais da Assembléia

N.º 96

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 142.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1977.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Quielise Crisóstomo, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (230; achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveria, Luiz Roberto Soares, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes e Domício Scaramella (31)).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (**Lúcio Machado**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem Sr. Presidente, pediria a V. Exa. com a devida vênua, que procedesse a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Lúcio Machado**) — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(O Sr. Secretário procede a chamada nominal).

19 Srs. Deputados presentes.

Determino a S. Exa., o Sr. 2.º Secretário que proceda a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Lúcio Machado**) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 23 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição No. 409/77, Veto oposto ao Projeto de Lei No. 216/73, de autoria do Deputado JORGE SATO, que disciplina a função de Despachante perante a Secretaria de Segurança, exceptuado o DETRAN, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.—

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente, pediria a V. Exa. uma cópia das presenças e a verificação de quorum para deliberar sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Lúcio Machado**) — A Presidência informa a V. Exa. que não há quorum para votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, solicito a V. Exa.

que suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Lúcio Machado**) Atendendo o requerimento de V. Exa., e não havendo número legal para continuidade, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição Número 409/77.

EM VOTAÇÃO 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Número 181/77.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 143.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1977.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (31); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (23).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Quielise Crisóstomo**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Quielise Crisóstomo**) Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (**Quielise Crisóstomo**) A Presidência defere. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) (Pausa) Responderam a chamada nominal 25 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Prosseguindo a leitura da ata da sessão anterior)

O SR. PRESIDENTE (**Quielise Crisóstomo**) Em votação a ata

que acaba de ser lida. — APROVADA.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Delegado do Trabalho, Gal. Adalberto Massa, no sentido de determinar a fiscalização para cumprimento do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, no seu artigo 80 e respectivo parágrafo, que trata de salário do menor em regime de aprendizado.

Tal providência se impõe pelo fato de que, na realidade, talvez com raras e honrosas exceções, a lei vem sendo fraudada por muitas empresas que mantêm menores em seus serviços, em horário integral de trabalho, beneficiando-se da redução de salário, apenas com inscrição formal, em curso de aprendizado, sem que, na realidade, esteja sendo ministrado qualquer curso de formação profissional.

Acresce, ainda, que após esgotado o prazo do curso, esses trabalhadores, na mesma empresa, passam a constar, sem qualquer qualificação profissional, tendo o seu registro simplesmente como SERVENTE, designação para trabalhador braçal, sujeito ao desempenho de todas as funções, sem qualquer especialização.

Salas das Sessões, em 15 de agosto de 1977.

(a) LINEU TURRA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Requeiro a V. Exa., se digne ordenar o encaminhamento de cópia do pronunciamento feito por este Deputado, da tribuna desta Casa, junto ao presente, ao Sr. Presidente do Diretório Regional do MDB, Supl. de Senador Euclides Scalco e ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Arapongas.

Salas das Sessões, em 15 de agosto de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO

**PROJETO DE LEI:**

PROJETO DE LEI No. 110/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA**;

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Católica Filantrópica Santa Efigênia "ACAFISE", com sede nesta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salas das Sessões, em 15 de agosto de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

**JUSTIFICATIVA**;

A Associação Católica Filantrópica Santa Efigênia, "ACAFISE", fundada em 24 de fevereiro de 1972, tem seus estatutos registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Segundo Ofício desta Capital, sob o número 540, do Livro "A" de Registros de Pessoas Jurídicas, registrada junto à Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, desde a data de sua fundação vem prestando os mais relevantes serviços sociais àquela comunidade, da forma mais desinteressada. Atendendo aos apelos do governo para amenizar os problemas sociais existentes, aquela entidade vem desenvolvendo um trabalho de grandes proporções, angariando e distribuindo aos mais necessitados, roupas, agasalhos, calçados, leite em pó, gêneros alimentícios dos mais diversos, encaminhando doentes e menores aos órgãos competentes, orientando, instruindo e estendendo sua assistência a toda a família quando necessário, sem distinção de raça, cor ou religião, e proporcionando condições de vida sadia, física e moral, de acordo com as necessi-

dades de cada um de seus assistidos.

Fundada em 1972, sua diretoria não é remunerada, preenchendo pois, os requisitos legais, necessários para ser reconhecida como de utilidade pública. Justo que o poder público lhe outorgue este título para que usufrua dos benefícios decorrentes, e, prossiga em suas beneméritas atividades sociais.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nós declinamos.

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Havendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo (Pausa). Estando ausente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) A Presidência defere e transfere para amanhã a sua inscrição.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Com a devida vênua, pediria a V. Exa. que inscrevesse o Deputado Gilberto Carvalho, porque não existe transferência no nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Esta Presidência já tomou as providências e defere o requerimento, também. Achando-se ausente, chamamos o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, chamamos o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente, solicitando a V. Exa. a minha inscrição para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência inscreverá V. Exa. para falar na sessão de amanhã.

Esta Presidência convoca o Deputado Adalberto Daros. Achando-se ausente, chamamos o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "GOVERNANTES OU POLITICANTES?"

Segundo a boa doutrina —

"Governar é assegurar por decisões de princípio o sentido e a execução das leis, prover os interesses superiores do Estado, à sua segurança e a defesa nacional.

Administrar, é proceder à aplicação cotidiana da lei, atender a exigências secundárias, subordinadas à função governamental".

Fácil depreender-se que a todo e qualquer ato de governo ou de administração correspondem responsabilidades, encontrando-se o Poder Judiciário em condições de intervir, sempre que convocado, para conferir a legalidade de tais atos.

Mesmo aceitando-se a ideia de que é a maioria quem governa, não se pode esquecer que "a democracia é o poder das minorias democráticas ativas".

Sustentam alguns tratadistas, e com real acerto, entre os quais Mac Iver, que a democracia não é uma forma de governo da maioria ou da minoria, mas é principalmente um modo de determinar quem deve governar e para que fim. O único modo pelo qual o povo, todo o povo pode determinar quem deve governar consiste em apelar para a opinião pública e aceitar sempre o veredito das urnas.

Governar e administrar incluem, pois, efetiva responsabilidade, austeridade, espírito público, sensibilidade aos anseios populares, autoridade calcada da lei, desprendimento, sacrifício,

patriotismo. A administração compreende, outrossim, os gastos e as manipulações dos dinheiros públicos em favor do bem comum.

Quando o Senhor Governador do Estado se instala em Arapongas, e simbolicamente, aquela próspera comuna passa a sediar o Governo Estadual, seria de que fizéssemos, nesta Casa, na qualidade de representante daquele Município, um registro especial de tal fato.

Em verdade, tal acontecimento poderia assumir aspecto de excepcional relevância para toda região: em meio às graves crises que se abatem sobre as nossas economias cafeeira e algodoeira, e outros problemas que envolvem a nossa produção agrícola, consideradas sem precedentes para a vida econômica da região; em meio à situação aflitiva em que se encontram as famílias de nosso operariado da cidade e do campo, carentes de justiça social; em meio às dificuldades em que se encontram as classes estudantis, numa das partes mais populosas do Estado, com opções restritas, além das barreiras do preço elevado do ensino; enfim, em meio ao desenvolvimento do próprio plano administrativo que dirige, a presença do Chefe do Poder Executivo Estadual nos levaria a acreditar que foram realmente assuntos e expedientes dessa natureza que o levaram ao Norte do Paraná. O estudo e a encampação de tais problemas, por parte dos nossos governantes estaduais, tendo em vista que o maior interessado pelos destinos de nossa economia é o próprio Estado deveria — isto sim — em reunião aberta e de amplos debates, motivar a união de povo e governo contra a nefasta orientação do IBC e dos financiamentos à nossa agricultura.

E mesmo sabendo-se que, para dar a devida atenção a tais assuntos, não há necessidade de que os governantes se façam acompanhar de todo o seu cerimonial, ainda seria louvável tal prática incluída nesta última.

Ao se abrirem, porém, as manchetes dos jornais da Capital, para anunciarem que — “aproveitando a instalação da sede do Governo Estadual no Município”, o Presidente da Arena, “dando seqüência ao programa de reuniões do Partido no interior do Estado”, marcou uma reunião na cidade de Arapongas, “ocasião em que será definido o novo Plano de Ação Partidária”, em reunião que será prestigiada pela presença do Governador, o qual, por sua vez, receberá homenagem especial, no decorrer da mesma “pela instalação do governo na região” — concluiu-se que os objetivos subjacentes passaram a preponderar sobre os reais.

Noutras palavras, nenhuma ação patriótica, de desprendimento e de liderança em defesa de nossa economia poderá redundar de uma reunião eleitoral, ou seja: o bem comum passou a ser o bem da Arena; o Governo do Estado se tornou discricionário, admitindo o favoritismo em benefício do partido político a que pertencem todos os seus membros; a autoridade se tornou comprometida, pois ninguém pode executar a lei discricionariamente, dando aos seus atos a coloração partidária, seja ela qual for; a responsabilidade, comprometida, cede lugar à irresponsabilidade, descortinando-se o uso do poder do qual o único titular é o povo, em favor de uma facção partidária; o direito daqueles que não comungam dos mesmos ideais arenistas passa a ser amesquinçado, justamente por quem deveria ser o primeiro a preservá-lo; usa-se do prestígio, da presença material e política do Governo, dos favorecimentos ilícitos da máquina administrativa, insuflando os malfadados “comandos políticos” e dando a mais ampla cobertura à reunião do Diretório Regional da ARENA, sem que os seus promotores sintam pejo em, confessada e abusivamente, anunciarem-na com destaque pela imprensa, rádio e televisão.

Assim foi em Francisco Beltrão, em Campo Mourão, agora, em Arapongas.

Inépcia, esperteza ou falência política?

Nenhuma hipótese seria justificável e qualquer delas pode constituir a figura delituosa do crime de responsabilidade,

imputável aos governantes, ou do ilícito previsto na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, atribuível aos dirigentes partidários.

Com efeito, incorre na prática de crime de responsabilidade, prevista na Lei no. 1079, de 10 de abril de 1950, o Governador do Estado ou o seu Secretário que:

I — “Proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”. (Art. 90., item 7).

O item em referência é o último da relação que a lei enfocada inclui entre os chamados crimes contra a probidade da administração.

II — “Permitir de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública” (Art. 80. item 7).

Nesse caso, a lei procura defender a segurança interna do País que é posta em risco, no caso, pela vulneração da mencionada Lei Orgânica dos Partidos, (Lei no. 5682/71), que veda aos partidos:

“Artigo 91: . . . . .

III — Receber, direta ou indiretamente, auxílio ou contribuição, através de publicidade de qualquer espécie, de autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviço, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais”;

“Artigo 92 — São ilícitos os recursos financeiros de que trata o art. anterior, assim como os auxílios e contribuições cuja origem não seja mencionada ou esclarecida”.

III — Violar patentemente qualquer direito ou garantia individual”. (Art. 70., item 90.).

Chegamos ao capítulo dos “Direitos Políticos Individuais e Sociais”.

Ora, pela Constituição da República — “todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”. (Art. 153 § 1o.).

A própria Carta Magna também pune o abuso, em seu artigo 154:

“O abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal Federal mediante representação do Procurador Geral da República, sem prejuízo da ação cível ou penal que couber, assegurada ao paciente ampla defesa”.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Ao final, eu abrirei o debate a quem quiser me apartear; estou aqui da tribuna para receber apartes no que me considero honrado.

Como admitir-se, portanto, que, usando dos mesmos meios e sob os mesmos influos promoventes, o Governo do Estado e o Diretório Regional da Arena se instalem numa cidade e convoquem a região para testemunhar a infração à lei, o desrespeito à Constituição, ao Direito, à Ética e à Moral, que praticam como se fosse o exemplo do certo, do justo e do patriótico, numa inqualificável afronta à consciência cívica de nossa terra.

Não serão, afinal, os favorecimentos materiais, oriundos da ação politiquês, que possam resultar em favor de nosso município, que nos fariam silenciar: não é esse tipo de política, de governo e de administração que pretendemos, para nós e para as gerações futuras: os governantes não podem se transformar em politicantes, se conscientes, mesmo no atual regime, sabendo-se que um dos dogmas da Revolução assenta no combate à politicalha.

Tenhamos presente a lição de Lincoln: “uma parte do povo pode ser enganado todo o tempo; todo o povo pode estar enganado por algum tempo, mas todo o povo não pode ser enganado todo o tempo”.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.



**O Sr. Gabriel Manoel** — Ilustre Deputado, dentro da nossa humildade, estamos ouvindo com muita atenção, quando um Deputado como V. Exa., com o seu gabarito, no seu poder de discernimento intelectual, fala numa tribuna, numa segunda-feira de agosto. Ao vermos, muitas vezes, como dizíamos, V. Exa. falar, queríamos apenas pedir um parêntesis, pedir um reparo.

Quando o Governo Canet, quando a gloriosa equipe deste Governo vai ao interior, seguimos o adágio popular: "Se a montanha não vem ao Chefe, o Chefe vai à montanha". Quando a Arena, Sr. Deputado, por intermédio deste Governo, procura comprar o café diretamente do produtor, para evitar os atravessadores, quando levamos, Sr. Deputado, leva o Sr. Governador do Estado, por intermédio de S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, o "Pró-Safrá", aos Prefeitos da Arena e do MDB, dizem que deputados facciosos estão comprando os Prefeitos. E é neste ponto, Sr. Deputado, com a devida vênia, com o respeito e admiração que temos por V. Exa., agradecendo este aparte, queremos discordar, Sr. Deputado, porque lá em Arapongas, em Umuarama e em todo o Paraná, este grande Paraná, que está servindo de espelho para o Brasil, vemos um governador como Jayme Canet trabalhar para o progresso do Estado. Vimos Deputados de ambos os partidos e o Prefeito Antônio Belinatti, ex-Deputado estadual e federal, dizer que admira a conduta correta do Governador Jayme Caner Júnior.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Se aquele Prefeito disser o contrário, não terá as verbas. Porque, existem verbas que estão pendentes desde o ano passado.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. me concedeu um aparte . . .

**O SR. MUGGIATI FILHO** — V. Exa. está fazendo um pequeno comércio à margem do meu discurso. Apenas estou encaminhando matéria e requerendo que a mesma seja submetida à Justiça Eleitoral, em primeiro lugar; em segundo lugar, porque também vejo a responsabilidade do Sr. Governador nesses atos . . .

**O Sr. Gabriel Manoel** — Sr. Deputado, V. Exa. me concedeu um aparte. Mas, me calarei se V. Exa. me cassar a palavra, porque admiro muito V. Exa., concordo com o seu ponto de vista. Mas, ficamos satisfeitos quando ouvimos daquele Prefeito do MDB que o Sr. Governador vai a todas as comunas para aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo; quando vemos que o nosso Governador, muitas vezes, deixa o aconchego do lar para cumprir com sua obrigação e dizer presente no último dia de seu mandato.

Portanto, não é justo que V. Exa., ilustre Deputado, que é sempre tão tranqüilo, esteja fazendo um julgamento distorcido. Permita-me, nobre Deputado, com todo respeito, dizer que V. Exa. está cometendo uma injustiça. Porque devemos "dar a César o que é de César". E V. Exa. conhecedor do texto bíblico, não irá cometer uma injustiça, V. Exa. deve votar com sua própria consciência. E no fundo de sua alma, V. Exa., com seu espírito de justiça, com sua capacidade de discernir o bem do mal, V. Exa., sabe muito bem que o Governador Jayme Canet Júnior não quer outra coisa senão acertar e trazer, para o Paraná, para nossa Pátria, o progresso, a paz e a tranqüilidade.

Muito obrigado.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — V. Exa. ilustre Deputado Gabriel Manoel, com o aparte que muito me honrou, não fez nenhuma oposição ao que eu disse desta tribuna. Porque, não falei da intenção do Sr. Governador pretender realizar uma boa administração. Até, pelo contrário, defendi o direito que o Governador tem, ou teria, de se fazer acompanhar de seu cerimonial para ir trabalhar no Interior do Estado.

O que V. Exa. precisa compreender, é a diferença que existe entre governar, administrar e politizar. Esta a diferença que é preciso que se tenha presente. Porque não podemos admitir que tal seja o exemplo do certo. Eu não disse isto, em

meu discurso, porque, pode parecer matéria eleitoreira, mas, eu falei, com pais de alunos, em Arapongas, que foram responder chamada no dia da chegada do Governador, defronte à Prefeitura Municipal e, se lá os alunos não comparecessem, levariam falta em dobro — não sei que espécie de falta é esta; ao professor, foi dito que, se lá ele não comparecesse, lhe seriam descontados os dias de serviço, dias em que o Governador permanecesse no Interior. Estes são fatos sobre os quais eu não acredito que o Sr. Governador haja tido conhecimento.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Muito bem. Muito bem.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Mas, quero dizer a V. Exa., o seguinte: que não duvido que o Presidente da ARENA tenha dado instruções aos arenistas de Arapongas, de assim procederem, eles devem estar com as costas quentes lá, porque eu conheço bem o estofo do Presidente da ARENA.

Era isto que eu queria dizer a V. Exa., honrado com o aparte de V. Exa., mas, peço a V. Exa. que, quando desejar me apartear, preste atenção ao que eu digo e não fuja da matéria.

Muito obrigado.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. falou em café, V. Exa. falou no Governo.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Eu falei em café, e V. Exa. vem me dizer que a ARENA está comprando café. Eu não vi nenhuma máquina com a tabuleta da ARENA no Norte do Estado, comprando café. O que eu estou vendo no Norte do Estado, Deputado Gabriel Manoel, e V. Exa. deve estar vendo também, é o comerciante de café que está com o café nos armazéns, café que ele pagou a 3 mil cruzeiros a saca, valendo um mil e oitocentos cruzeiros. Então V. Exa. pode imaginar que, este homem não pode mais comprar café do lavrador, porque ninguém mais paga o preço pelo qual o lavrador queria vender; o lavrador não vende, está sendo pelos bancos, pressionado para liquidar os seus financiamentos, o comerciante por sua vez é pressionado pelos bancos, e no fim, que é que ainda mais vem pressionar o comerciante, vem pressionar o agricultor? É o próprio Governo.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Eu falei, nobre Deputado, que o Presidente do IBC, Sr. Emílio Calazans, que não tem Partido, talvez, pertença a ARENA, mandou comprar diretamente. Mas eu não sabia que V. Exa. é um afoito defensor dos atravessadores, dos compradores de café. Perdoe-me V. Exa., Deputado, nós não temos mais diálogo, porque, enquanto o Governo comprou café diretamente dos produtores, vem V. Exa., desta tribuna, honrosa e honrada com a presença de V. Exa., dizer que os atravessadores não podem mais comprar café porque o Governo resolveu comprar café, direto dos produtores.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a devida vênia permita-me o meu modo grosseiro de falar, como pode V. Exa. defender o povo, se este povo precisa vender o seu café?

**O SR. MUGGIATI FILHO** — V. Exa. está chamando o Governo de irresponsável e inconsciente, porque se o Governo pretende — não sei por que meios — comprar o café do produtor . . .

**O Sr. Gabriel Manoel** — Diretamente, Sr. Deputado.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — . . . e não sei nem onde estão as máquinas de benefício de café que pertencem ao Governo, é possível que levem o café e o beneficiem em Brasília, no Brasil acontece de tudo, pode ser que até isto aconteça.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Este é um outro problema.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Mas quanto ao que V. Exa. está dizendo, eu não estou falando em atravessador, não vim aqui nesta Casa para discutir a vida de marginais, eu estou aqui tratando do interesse do povo, não estou fazendo outra coisa e, se V. Exa. é povo também como V. Exa. sempre diz, V. Exa. há de se sentir envergonhado, de o Governo de V. Exa. estar gastando dinheiro em campanhas políticas em favor do Partido ao

qual V. Exa. pertence. E, quero dizer a V. Exa. que, se eu pertencesse a um Partido cujo Governo agisse dessa natureza, eu deixaria esse Partido, não teria coragem de usar do poder do povo para fazer política partidária.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Eu também, deixarei meu mandato, se V. Exa. provar que o Governo Canet não está trabalhando em benefício do povo e não está aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Mais uma vez, V. Exa. confirma que não entendeu o meu discurso, perdoe-me a franqueza.

Nós até defendemos o direito do Sr. Governador, de desenvolver o seu plano administrativo, com a própria presença, no Interior do Estado. Foi o que nós dissemos aqui. Se S. Exa. vá ao Interior do Estado, mas que S. Exa. tenha a coragem de abrir uma reunião, como os governadores anteriores já fizeram neste Estado, e debater com os interessados, debater com o produtor agrícola, seus representantes, debater com os comerciantes, com aqueles que comprem a produção, que arcam com o ônus de comprar a produção, debater, enfim, com as classes produtoras, com os trabalhadores, os problemas que afligem o nosso Estado. Mas quero dizer a V. Exa.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Não podemos debater com os atravessadores.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Se V. Exa. não tem melhor argumento, V. Exa. ganharia mais não apartando, porque eu não posso descer aonde V. Exa. quer chegar, para discutir com V. Exa.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. ganharia mais não indo à tribuna falar inverdades.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — V. Exa. não tem o aparte.

**O Sr. Domício Scaramella** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Domício Scaramella.

**O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA** — Solicitaria a V. Exa. que cortasse o microfone do Deputado Gabriel Manoel. Nós estamos tumultuando a Casa e não estamos entendendo nada. O Deputado Muggiati está praticamente querendo aceitar aquilo que não deve aceitar pela sua estrutura política. Aceitar aparte sem consentimento. Eu pediria a V. Exa. para desligar o microfone do Deputado Gabriel Manoel.

**O SR. PRESIDENTE** — Esta Presidência, respondendo a questão de ordem do nobre Deputado, informa que a Presidência se manifestará assim que o orador da tribuna entender necessário. Esta Presidência assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Agradeço a intervenção do nobre colega. Eu já havia concedido o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho, dizendo que não mantenho a discussão com o Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Dando por encerrado o caso com o ilustre Deputado Muggiati Filho, e pedindo vênha por alguma falha que houve, eu pediria a V. Exa. que dissesse ao ilustre Deputado Domício Scaramella, que se metesse nos casos peculiares a ele, porque o Deputado Muggiati Filho é homem e sabe responder pelos seus atos e sabe defender-se, sem ser preciso ter padrinho aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Nobre Deputado Muggiati Filho, agradeço a atenção de V. Exa. concedendo-me este aparte. Acompanhei o pronunciamento de V. Exa. e pude sentir, com referência aos despachos de S. Exa. o Sr. Governador, na cidade de Arapongas, para depois fazer um breve comentário, nobre Deputado, e citar sobre a reunião do nosso Partido naquela

cidade. Na sexta-feira encontrava-me também em Arapongas, — porque a região que represento está bem próxima de Arapongas. Tinha certeza que alguns Prefeitos da minha região lá poderiam comparecer, valendo-se da oportunidade do contato mais fácil com os Secretários que lá se encontravam.

!Pude sentir de perto a atenção do Governador do Estado a todos os Prefeitos daquela micro-região, 23 municípios, bem como a atenção dos Senhores Secretários, dando integral atendimento.

De minha região lá compareceram 5 Prefeitos que foram atendidos. Verifiquei também que o atendimento quer aos Prefeitos da Arena, quer aos do MDB, era feito com a mesma atenção.

Encerrado o expediente quase às 19,00 horas, S. Exa. o Governador saiu de sua sala de despachos, e eu sabia que uma reunião da Arena deveria se realizar em outro local, mas não pude comparecer porque tinha um compromisso na cidade de Jandaia do Sul, e para lá me desloquei. Sei que o Governador do Estado foi participar de uma reunião.

**O Sr. Trajano Bastos** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Trajano Bastos.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Pela ordem, comunico a V. Exa., Sr. Presidente, que a Liderança do MDB deixa à disposição do Sr. Deputado Muggiati Filho, o horário que lhe é reservado.

**O SR. PRESIDENTE** — A Presidência comunica que V. Exa. conta com mais 15 minutos.

**O Sr. Gilberto Carvalho (aparte)** — Nobre Deputado, pude sentir, usando das palavras de V. Exa., a dedicação, o patriotismo, o despreendimento do Governador do Estado, a atenção dada a todos que lá o procuraram e sei que toda região, todos os prefeitos saíram satisfeitos com o atendimento recebido nos despachos da cidade de Arapongas. Encerrado o expediente, o Governador foi participar de uma reunião da ARENA. Poderia também, a Oposição ter convocado uma reunião em outro local, como a ARENA convocou. Não vejo mal algum que o Governador, porque o Governador desempenhou o seu papel no Governo.

Encerrado o seu expediente, é um anel político, como todos nós somos e se o Partido tinha uma reunião programada naquela cidade, não vejo mal algum de o Governador participar. Não quero assim criticar atos, de forma alguma, a maneira como que V. Exa. hoje se encontra na tribuna, censurando o ato do Governador participar de uma reunião da ARENA. Como homem da Oposição, sei que senti o resultado daquele trabalho desempenhado na cidade de Arapongas. Sei que a Oposição, não Prefeito do MDB, não Prefeito da ARENA, que lá participaram, mas alguns da Oposição que lá não tiveram esse contato, podem ter reclamado. Mas, tenho certeza que toda região, todos os prefeitos, todos aqueles municípios foram bem atendidos e está sendo benéfico esse despacho do governo no interior.

E, espero, na minha região, no mês de março do ano que vem, também, ter a felicidade de receber toda a equipe do Governo para um atendimento mais direto, com maior facilidade, sem burocracia, e, num dia só, podermos falar com todos os Secretários, como aconteceu em Arapongas.

Muito obrigado pela atenção de V. Exa. que me concedeu esta oportunidade.

**O SR. MUGGIATI FILHO** — Nobre Deputado Gilberto Carvalho, na realidade, para V. Exa., é difícil, sei que é difícil, e há prúlas que são difíceis de engulir e V. Exa. não digeriu o que está escrito, porque eu não estou condenando nesse sentido; até pelo contrário — eu até admito que o Governador leve seu cerimonial para o interior. Eu admito, que ele vá com o seu cerimonial para atender aos problemas de sua administração, que são os problemas do povo.

Mas, veja bem V. Exa., "aproveitando", está no noticiário do jornal — "aproveitando a presença e instalação do Governo", são propagandas que não se fazem assim como propaganda de Coca-Cola — "Beba Coca-Cola". Ninguém está dizendo — "vote na Arena", quando a Arena faz este tipo de propaganda através de seu Diretório. Mas, esse tipo de propaganda, para mim, no meu entendimento, acho, entendendo também, que no entendimento do Partido a que eu pertença, é o pior tipo de propaganda porque está conduzindo as gerações, principalmente as novas gerações, que aí estão, para que continuem na prática tortuosa da politiquice, na prática dessa politiquice que, foi justamente, a que minou os alicerces da classe política brasileira, porque todos os governantes de hoje para trás, como do presente, antes de assumirem as suas funções, ressalvadas exceções raríssimas, tinham a grande preocupação de assinalar em seus programas políticos, a educação cívica do povo, o afastamento do Governo de qualquer comprometimento político-partidário, no exercício da administração.

Eu não estou também me opondo a que o Governador do Estado participe de uma reunião do seu Partido; ele é homem do Partido e pode participar das reuniões do Partido. O que eu não posso conceber é um acoplamento, Diretório Regional da Arena, quando os nomes de candidatos a Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais são ventilados; é esse acoplamento, Diretório Regional de um Partido com o Governo do Estado. Porque das duas uma: ou se pretende e foi o que eu disse...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (**Quielise Crisóstomo**) Pela ordem, esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, se levar saneamento, se levar educação, se levar amparo, se levar estradas, Sr. Presidente...

O SR. MUGGIATI FILHO — Isto não é questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — É questão de ordem porque estamos falando em politiquice do Sr. Governador.

O SR. MUGGIATI FILHO — Esta é uma forma de obstrução, incorreta e mal educada.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para discutir o problema do Deputado que está na tribuna, falando que o Governador faz politiquice. E é pela ordem, que eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (**Quielise Crisóstomo**) Esta Presidência concedeu a palavra, pela ordem, ao Deputado Gabriel Manoel, e solicita que use regimentalmente a palavra pela ordem, sobre o assunto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, diz o orador que o Governador leva assistência social, leva estradas, leva amparo. Se isto é politiquice, Sr. Presidente, estou falando pela ordem defendendo o Governador que está levando ao nosso povo a saúde...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. é muito ignorante porque não consta nada disto no Regimento Interno. Para falar, pela ordem, deve ler primeiramente, o Regimento Interno, se é que V. Exa. lê e sabe ler.

O SR. PRESIDENTE — (**Quielise Crisóstomo**) Nobre Deputado Gabriel Manoel, V. Exa. está com a palavra, pela ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para versar sobre um assunto de politiquice do Sr. Governador. Se isto me tolhe a palavra, Sr. Presidente, então não falarei. Pedi a palavra pela ordem, para versar sobre o assunto de politiquice.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicita aos oradores que mantenham o bom nível do bom uso da palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, se V. Exa. me cassa a palavra, eu me calarei.

O SR. PRESIDENTE — (**Quielise Crisóstomo**) V. Exa. pede a palavra, pela ordem?

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para complementar, Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere, como já deferiu.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.

E dizia eu, na palavra pela ordem, que não é politiquice do Sr. Governador. É levar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo; é levar saúde, é levar estradas, é levar a este povo a esperança sem demagogia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Continuo com a palavra, Sr. Presidente? Ou V. Exa. não vai permitir que eu fale?

Se V. Exa. não me assegurar o direito de falar, eu não falarei e deixo a tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (**Quielise Crisóstomo**) — V. Exa. está com a palavra, nobre Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Quero lamentar e registrar nos Anais desta Casa, que a Presidência não está assegurando aos oradores, como já houve precedentes em reuniões anteriores, não presididas por V. Exa., em que os oradores são obstruídos em seu tempo por questões de ordem inverossímeis, questões de ordem antijurídicas, não calçadas no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (**Quielise Crisóstomo**) Esta Presidência comunica ao orador que a palavra lhe está assegurada pela ordem, por direito e regimentalmente. Contudo, não admite o diálogo com a Presidência, regimentalmente também.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não estou dialogando com a Presidência, Sr. Presidente. Estou apenas diante do Plenário, estranhando a conduta do Presidente, nesta sessão.

O Sr. **Valter Pietrângelo** — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento) Deputado Muggiati Filho, V. Exa., na tribuna, ratifica um entendimento, acho que de toda a bancada do MDB. Já, pelo menos, deste Deputado, de V. Exa. e de alguns outros companheiros, eu tenho certeza e que não obstante entendamos válida, a presença do Governo no interior, nós já chegamos à conclusão da inutilidade desta presença nas circunstâncias em que elas estão sendo realizadas.

Nós já dissemos aqui nesta Casa, das ofensas que nós, do MDB temos recebido; da distorção das finalidades da presença de S. Exa. no interior do Estado. A ponto de, nós enfatizarmos É o Prefeito de Umuarama que preside a micro-região naquela faixa do Estado; numa das reuniões da micro-região dizia aos Srs. Prefeitos, que o Sr. Governador estava solicitando através da Casa Civil, que os Srs. Prefeitos fizessem saudações, através da imprensa, de modo geral, para divulgar a presença de S. Exa. sua equipe, seus Deputados na região. Mas, Sr. Deputado, o Sr. Governador Jayme Canet, está provado, é o maior mercador de todos os tempos. Porque continua a ofender a classe política, arejada deste Estado.

Aí estão os fatos relatados por V. Exa. e pela imprensa, ocorridos na cidade de Arapongas. Mas, Srs. Deputados, a ofensa a nós, do MDB, falo por aqueles companheiros da bancada que já compreenderam isso. Começa-se a se processar também nesta Casa. E deixo de me estender nos fatos, porque afirmo isso, porque são inofensáveis; até a imprensa que aqui está já percebeu isso, que o negócio é bagunçar a fala do MDB, que é o negócio é, inclusive, a Direção desta Casa, não especificamente ao Deputado que apresente mas também ao titular ao usar certos expedientes, para tolher a nossa manifestação.

Mas, Sr. Deputado, de nada adianta, o nosso grito, a fiscalização, que pretendemos propor, e depois o desabafo na tribuna.

Nós estamos aqui a dar quorum para que os projetos inclusive, oriundos do Poder Executivo, sejam apreciados nesta



Casa.

E por quê o MDB a permitir isso? Onde é que está o meu Partido que ainda não se decidiu a exigir desta bancada e dos nossos Vereadores das Câmaras Municipais, uma radicalização, uma luta frontal contra um Governador a cometer atos deletérios e nocivos, desse porte, em termos administrativos. Já vamos ter que enfrentar uma propaganda subliminar na eleição, e porque permiti-la já, a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — (**Faz soar os tímpanos**). (Respondendo questão de ordem do Deputado Gabriel Manoel).

A Presidência solicita do nobre Deputado Gabriel Manoel em que base regimental, V. Exa. solicita sua questão de ordem. O SR. GABRIEL MANOEL — Artigo 153, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — "Artigo 153:

Os discursos lidos, serão publicados com a declaração desta circunstância."

Infelizmente, esta Presidência indefere sua questão de Ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Concluindo.

A Presidência devolve a palavra ao orador que está na tribuna.

O Sr. **Valter Pietrângelo** — E, concluindo o meu aparte, Deputado Muggiati Filho, eu faço um apelo ao meu líder, Deputado Trajano Bastos, que em diálogo com o Líder da bancada da ARENA, o Deputado Luiz Roberto Soares, possa ele, o líder da ARENA, ser o portavoz nosso ao Sr. Governador do Estado; de que é preciso respeito aos Deputados do MDB, aos Prefeitos do MDB, ao nosso Partido neste Estado, que já se vê manietado, distante do rádio, distante da televisão e distante também do jornal...

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Esta Presidência informa ao orador que tem um minuto para concluir seu discurso.

O Sr. **Valter Pietrângelo** — ... para que se Governe e se administre com respeito neste Estado.

Deputado Muggiati Filho, muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Em conclusão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o exemplo aqui vivido, também está claramente delineando, as profundezas de um abismo que se cava entre os representantes do povo paranaense.

Nós, entretanto, na análise dos projetos que nos vêm à mão e na maneira de votar, entendemos, nobre Deputado, como um princípio inafastável, o de que a nossa consciência não pode ser comprometida pelo mau exemplo. Aquilo que nós pregamos não pode ser mera fantasia, para que não incorramos no mesmo erro que se repete de governo a governo.

Eu, já fazer uma ressalva, quando fui interrompido pelas questões de ordem e só agora posso fazer uso da palavra para ressaltar nestes últimos governos, a presença de um homem que administrou o Estado, com o mais amplo respeito a ambos os partidos. Embora tolhido pela doença, mas principalmente pela sua conduta imparcial, incapaz de envolver o Governo em atos de discricionarismo político partidário, um dos nomes que deve ser ressaltado, é o do ex-governador Parigot de Souza.

Concluo, Sr. Presidente, deixando o assunto entretanto, ao debate em outras oportunidades.

Muito obrigado. — (**Com revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Esta Presidência consulta o líder da ARENA, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — A Presidência defere.

O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

O SR. 1º SECRETÁRIO — (**Procede a chamada dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há quorum para deliberação.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 88/77, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 244/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Paissandu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 89/77, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 245/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Astorga, objetivando execução de reparos onde funciona a Agência de Rendas daquele município. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 90/77, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 246/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Jaguariaíva, objetivando execução de reparos em próprios naquela comunidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 94/77, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 255/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 112/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 140/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Irati, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 113/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 144/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Lapa, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 114/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 150/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através

da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Paranaíba, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 116/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 154/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o município de Rio Negro, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 130/77, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 220/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Céu Azul, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 173/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 141/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Ivaiporã, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 174/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 151/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Pato Branco, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede Municipal de ensino. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 175/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 151/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de São Mateus do Sul, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, à rede municipal de ensino. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 176/77, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 200/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Toledo, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 177/77, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 207/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. — APROVADO.

**EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 204/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição

número 117/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Arapongas, objetivando assistência técnica e financeira ao município, visando melhoria do ensino de primeiro grau.

O SR. VALTER PIETRANGELO — Pela ordem, Sr. Presidente. Pelo que vejo, não há quorum para votação, peço a V. Exa. que faça verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Quielise Crisóstomo**). — Esta Presidência defere e os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução número 204/77, queiram levantar-se. (Pausa). 19 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). — 3 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente. Não há quorum para votação?

O SR. PRESIDENTE (**Quielise Crisóstomo**). — Não.

O SR. PAULO CAMARGO — Requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Quielise Crisóstomo**). — A Presidência defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

(**É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.**) (Pausa). — 27 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há quorum para votação.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 39/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a alienar por doação, ao Município de Pato Branco, os imóveis que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

## PROJETO DE LEI NÚMERO 39/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao Município de Pato Branco os lotes de terreno sob números três (03), quatro (4), cinco (5) seis (6), sete (7), oito (8), nove (9), dez (10), onze (11), doze (12), treze (13), e quatorze (14) da quadra número um (1), e, os lotes de terreno sob números um (1), dois (2), três (3), quatro (4), cinco (5), seis (6), sete (7), oito (8), nove (9), dez (10), onze (11), doze (12), treze (13) e quatorze (14) da quadra número dois (2), da Planta do Loteamento Bairro Bortot, da cidade de Pato Branco, sem benfeitorias, perfazendo a totalidade dos lotes a área de onze mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados (11.971,50 m<sup>2</sup>), com as divisas, limites e demais característicos constantes dos títulos transcritos sob números 11.489 e 11.894 no livro 3-J, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

## JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco a área de onze mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados (11.971,50 m<sup>2</sup>), para que possa aquela célula municipal fazer ali instalar uma fábrica de tubos e "meio fio", bem como implantar uma usina para fabricação de material asfáltico, cujos produtos serão utilizados em favor de obras urbanas, na sede daquele município.

Tal medida, não resta a menor dúvida, virá trazer grandes benefícios a Pato Branco, a par da economia que se verá prosperar em seu proveito, o que por si só justifica a apresentação do presente projeto de lei.



Além disto, se estará retribuindo, uma vez concretizada a iniciativa, as doações que aquele município fez ao Estado de várias áreas, com a finalidade de serem construídos edifícios públicos, em cujas construções a administração municipal está comprometendo mais de trinta por cento de sua receita orçamentária para o presente exercício financeiro, doações estas a saber: a) lote urbano número 21, quadra 158, para a Cooperativa de Eletrificação Rural, com a área de 774,90 m<sup>2</sup>, no valor de Cr\$ 150.000,00; b) lotes números 9, 10 e 11, da quadra número 63, para a 5ª Sub-Divisão Policial, com a área de 3.267,00 m<sup>2</sup>, no valor total de Cr\$ 600.000,00; lotes números 5, 6 e 7 da quadra número 63, para o Centro de Saúde, com a área de 3.300,00 m<sup>2</sup>, no valor de Cr\$ 600.000,00; d) área rural de 115 alqueires para o IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná, no valor de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros); e) lotes números 1, 2 e 3 da quadra número 514, para o DETRAN, com a área de 3.157,00 m<sup>2</sup>, no valor de Cr\$ 300.000,00; f) uma área de 44.113,00 m<sup>2</sup>, para a Fundação Educacional do Paraná, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 e, finalmente, g) apenas para esclarecer, informamos que o total das doações efetivadas atingem um total de Cr\$ 6.450.000,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

Em face de tais argumentos e das razões expendidas, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres e ilustres Pares, esperando que se lhe dê apoio e, ao final, a necessária e imprescindível aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 39/77

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei número 39/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Pato Branco, área de terras que especifica.

Através da justificativa apresentada pelo autor, pretende o município instalar na referida área, sem utilidade para o Estado, uma fábrica de tubos e "meio fio", bem como implantar uma usina para fabricação de material asfáltico, cujos produtos serão utilizados em favor de obras urbanas, para o referido município.

Segundo a documentação anexa ao processo, a área de terras que se pretende doar, foi doada para o extinto DEOE, e também, seria uma forma de retribuição do Estado para com as diversas doações que a Municipalidade de Pato Branco, tem feito para a construção de edifícios públicos a serem utilizados pelo Poder Executivo estadual.

Diante do exposto, e sob o aspecto legal e constitucional, nada há que obste tal doação.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 39/77

Propõe o nobre Deputado Ivo Thomazoni, através do Projeto de Lei número 39/77, autorizar o Poder Executivo a alienar, por doação, ao Município de Pato Branco, os imóveis que especifica.

Sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto a apreciação por esta Comissão de Finanças, restrita ao exame do aspecto financeiro da proposição, nada temos a contestar que possa impedir a sua tramitação normal por esta colenda Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável à sua APRO-

#### VAÇÃO.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Delegado do Trabalho, no sentido de determinar a fiscalização para cumprimento do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, no seu artigo 80 e respectivo parágrafo, que trata de salário do menor em regime de aprendizado. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, requeira verificação da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Essa Presidência defere a questão de ordem do nobre Deputado e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (**Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.**) — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Vinte e seis (26) Srs. Deputados responderam a chamada. Não há quorum para a votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando o encaminhamento do seu pronunciamento feito da tribuna desta Casa, aos Srs. Presidente do Diretório Regional do MDB, Suplente de Senador Euclides Scalco e ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Arapongas.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Esta Presidência concede a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

Antes, pela ordem, solicitaria que V. Exa. dissesse o número do Regimento Interno que V. Exa. apoia, para pedir a palavra "pela ordem".

O SR. MUGGIATI FILHO — A matéria está incluída no Artigo 134, que é discussão. V. Exa. colocou em discussão o requerimento, que eu entendo, não é de ser discutido, é matéria de livre despacho da Presidência da Casa, porque se trata apenas de envio de cópia de pronunciamentos. Não é matéria sujeita à deliberação da Casa, como ocorre quotidianamente nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**). — Esta Presidência defere a questão de ordem e recebe o seu requerimento. —

#### Deferido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 204/77.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 68, 69/77 e de Resolução números 10/75, 205/77, 207, 210, 214, 215, 234, 235, 236, 237, 238/77.

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 07, 66 e 39/77.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 551/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5930, de 17 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

incorporar ao acervo de serviço público do funcionário RENE VASCO GARCIA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "19", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tinha direito no quinquênio compreendido entre 15 de janeiro de 1970 e 15 de abril de 1974, antecipado ante a incorporação de seis meses da licença especial do quinquênio anterior, e a contagem em dobro das férias de 1972 e 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 552/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1635, de 17 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JORGE KUDRI, matrícula número 296, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 553/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3239, de 19 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DILMAR ABILIO ARCHEGAS, matrícula número 041, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 23 de julho de 1971 e 23 de maio de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes ao ano de 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 554/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6015, de 21 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, à funcionária FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL "16", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, mais cinco por cento de adicionais sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento, a partir de 07 de janeiro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público estadual, computada a incorporação de seis meses de licença especial não gozada, e a contagem de seis meses, relativa às férias de 1973, 1974 e 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 555/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6364, de 29 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula número 183, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 07 de junho de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 556/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5679, de 13 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

contar, para todos os efeitos legais, em favor da funcionária TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na forma do inciso I, do Art. 129, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de sete (07) anos, dez (10) meses e quatro (04) dias, compreendido entre 16 de novembro de 1947 e 20 de setembro de 1955, de serviços prestados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio da Platina, neste Estado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 557/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6014, de 21 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula

número 190, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio vencido em 20 de julho de 1971, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro quinquênio e das seguintes contingências de tempo: dois (02) anos, um (01) mês e nove (09) dias prestados de serviço militar; onze (11) meses e doze (12) dias de serviço prestado a este Poder como contratado e quinze (15) dias em dobro das férias de 1970; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos da mesma Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, do tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 20 de julho de 1971 a 20 de maio de 1975, antecipado em razão da incorporação do segundo quinquênio e das férias referentes a 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA NÚMERO 605/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5606, de 08 de junho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar a funcionária IBANEZA MENDES DOS SANTOS, matrícula número 122, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento de Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 606/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7301, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar pagar ao funcionário RONALDO CATARINO, ora à disposição deste Poder, gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, por prestação de serviço extraordinário, no período compreendido entre 01 de abril a 12 de maio do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 607/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7621, de 04 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar o funcionário JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula número 039, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso 1º da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 608/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7725, de 09 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder ao funcionário JOSÉ ARI VALÉRIO, matrícula número 392, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 10 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 609/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7606, de 04 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar a funcionária CILENE MARIA SILVA PEREIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Trajano Bastos, a partir de 05 de julho de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 610/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7820, de 11 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, deste Poder:

OSIRES DE BRITO — Matrícula número 083;

FAUSTO LUIZ ABRY — Matrícula número 555;

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS — Matrícula número 403;

FRANCISCO DRANKA — Matrícula número 066.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 611/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7714, de 09 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

dispensar o funcionário LAERTES LUIZ FOGGIATO, matrícula número 456, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir do dia 15 do corrente, às 12,45 horas, para servir como jurado na 6ª Reunião Periódica de Julgamentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 612/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7625, de 04 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário IZIDORO CECCON, matrícula número 071, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Escritu-



turário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO ESPECIAL DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO  
ESTADO, QUE TANGE AO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO PARANÁ**

**8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, após a Sessão Plenário, na Sala de Reunião das Comissões, compareceram os Senhores Deputados Ezequias Losso, Luiz Alberto de Oliveira, Jorge Sato, Waldenício Barbalho e Nilso Sguarezi, indicados respectivamente pela Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição, referente ao Tribunal de Contas do Estado. De acordo

com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Jorge Sato, dando início aos trabalhos, para a eleição do Presidente da mesma. A seguir realizou-se a eleição e verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para o Senhor Deputado Jorge Sato. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Presidente agradeceu a preferência de seus nobres pares e indicou como Relator da matéria o Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Em seguida o Senhor Presidente determinou que as reuniões serão realizadas de acordo com a necessidade da matéria e na ocasião marcou a primeira reunião para o dia cinco (05) de agosto do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Membros e por mim Secretária Teresinha B. de Moura e Claro, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1977.

(aa) JORGE SATO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro - Secretária